

P. Czerny S.J.: A Igreja na Amazônia e o desenvolvimento humano integral. Compromisso profético com a dignidade de todos os povos



A Igreja na Amazônia e o desenvolvimento humano integral:

Compromisso profético com a dignidade de todos os povos

Como o Bom Samaritano, a Igreja quer implementar seu compromisso com a compaixão e com a justiça do Evangelho na Amazônia. Ela é chamada a observar e compreender, para depois se abrir para o diálogo e agir. Esta é a razão pela qual o Papa Francisco convocou um Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazônica. Com a ajuda do Sínodo, será possível iniciar ações pastorais e ambientais na Amazônia e reafirmar as modalidades de "ser Igreja" implicadas por tais ações.

O texto é de Michael Czerny SJ, secretário do Dicastério pelo serviço do desenvolvimento humano integral e Secretário Especial do Sínodo para a Amazônia, publicado por L'Osservatore Romano, 1-08-2019. A tradução é de Luisa Rabolini.

Essa preocupação em se comprometer é explicitamente assumida no último capítulo do Instrumentum laboris (IL), que sintetiza os desafios e as esperanças de uma Igreja profética na região amazônica. O horizonte em que nos movemos, sem o qual a vida e a justiça não podem existir, é o fato de que "tudo está conectado", como o Papa Francisco explicou na encíclica Laudato Si' (138). O social e o natural, o meio ambiente e o cuidado pastoral não podem e não devem ser separados. As compartimentalizações redutivas - intelectuais e espirituais, empreendedoras e políticas - puseram em perigo a vida humana na Terra, a casa comum da humanidade.

O próximo Sínodo compromete-se em ajudar a reparar as violações em uma parte do mundo onde as consequências das concepções errôneas e das práticas nocivas são particularmente sérias. Chegou a hora de a Igreja confrontar essa questão. Por esta razão, no tema do Sínodo, encontramos as palavras "Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral", e o título do último capítulo do IL é "O papel profético da Igreja e a promoção humana integral". Ambos falam de dimensões

ou dinâmicas que devem caminhar juntas na missão da Igreja: seu ministério pastoral não deve ser separado da promoção humana e da ecologia integral.

Como a encíclica *Laudato Si'*, com sua exaustiva exposição histórica, científica, econômica e pastoral, também o IL oferece uma longa análise das condições da Amazônia. Nas palavras do Papa Francisco: "*A Amazônia é uma terra disputada em várias frentes: o neoextrativismo e a forte pressão dos grandes interesses econômicos que direcionam sua ganância sobre petróleo, gás, madeira, ouro, monoculturas agroindustriais*" (Discurso no encontro com os povos da Amazônia, Puerto Maldonado, Peru, 19 de janeiro de 2018). Acrescenta o IL: "*A destruição múltipla da vida humana e ambiental, as enfermidades e a contaminação de rios e terras, o abate e a queima de árvores, a perda maciça da biodiversidade, o desaparecimento de espécies (mais de um milhão dos oito milhões de animais e vegetais estão em perigo), constituem uma realidade crua que interpela todos nós. Reinam a violência, o caos e a corrupção. O território se transformou em um espaço de desencontros e de extermínio de povos, culturas e gerações.*" (n. 23).

A situação na Amazônia tem várias causas. Existem responsabilidades locais e multinacionais que apoiam e incentivam investimentos, públicos ou privados, que têm impactos devastadores sobre o meio ambiente amazônico e seus habitantes. No entanto, um ponto de partida fundamental é o fato de que as populações indígenas veem ameaçados seus territórios delimitados por interesses que os exploram, e muitas vezes lhes é negado o direito à sua própria terra.

Isto constitui uma violação das leis e convenções internacionais. "*A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (aprovada em 13 de setembro de 2007), à qual o Papa se referiu em várias ocasiões, contém importantes direitos como o da autodeterminação, em virtude do qual aqueles povos decidem livremente seu próprio status política e livremente buscam seu desenvolvimento econômico, social e cultural (Art. 3). No exercício de seu direito à autodeterminação, os povos indígenas podem reivindicar a autonomia nas questões relativas a seus assuntos internos e locais (Art. 4). E do art. 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais, de 1989, deriva seu direito de não estarem sujeitos a medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente sem antes terem sido consultados 'em boa-fé e de forma adequada às circunstâncias', para que deem seu prévio consentimento, livre e informado*" (Pedro Barreto SJ, Sínodo para a Amazônia e direitos humanos: Povos, comunidades e estados em diálogo, *La Civiltà Cattolica*, 20 de julho de 2019).

Na realidade, é justamente a desigualdade das forças e, em muitos casos, a flagrante falta de respeito pelos direitos constitucionais, além da imposição de um chamado modelo de desenvolvimento, que continua a causar grande desarticulação social, vulnerabilidade, degradação das relações, migração, desemprego, violência e fome em muitas comunidades indígenas. A falta de reconhecimento, demarcação e propriedade dos territórios (condição *sine qua non* para a segurança, para a estabilidade da comunidade e sobrevivência cultural) levou a um número alarmante de mortes devido a novas doenças ou de natureza violenta. "*Questionar o poder na defesa do território e dos direitos humanos significa arriscar a própria vida, abrindo um caminho de cruz e de martírio*" (IL 145).

O IL dá o exemplo dos 1119 indígenas que foram mortos entre 2003 e 2017 apenas no Brasil "por defender seus territórios" (Cf. Conselho Indigenista Missionário, CNBB, Brasil, Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2017, p. 84ss, cf. também a apresentação de dom Roque Paloschi: "Na ausência da justiça, a violência cotidiana devasta como as vidas dentro e fora das terras indígenas", p. 9, Brasília, 2018.). Na verdade, em muitos casos, essas mortes são atribuíveis à embriaguez, violência doméstica ou brigas entre pessoas. Em geral, no entanto, devem ser consideradas consequências de causas tanto ambientais como sociais e estruturais, de problemas decorrentes da falta de demarcação de territórios e da invasão dos mesmos por poderosos interesses externos.

A Igreja, no seu papel pastoral, trabalha em favor das vítimas e, em seu papel profético, opõe-se aos abusos. Ela é chamada a ser "uma defensora da justiça e defensora dos pobres". O Papa Bento XVI lembrou-o na Conferência de Aparecida em seu discurso inaugural (nº 395). Sua presença é, na realidade, "um prisma que nos permite identificar os pontos frágeis da resposta dos estados e das sociedades como tais, diante de situações urgentes, sobre as quais, independentemente da Igreja, existem dívidas concretas e históricas que eles não podem ignorar" (Pedro Barreto SJ, art. cit.). Ao mesmo tempo, a Igreja vê "com consciência crítica", como acontece com todos os povos entre os quais evangeliza, "uma série de comportamentos e realidades dos povos indígenas que vão contra o Evangelho" (IL 144).

Os Pontífices, partindo do Papa Leão XIII no final do século XIX, o Concílio Vaticano II e a Doutrina Social da Igreja oferecem diretrizes claras. Em resposta a um modelo dominante de sociedade que produz exclusão e desigualdade, e um modelo econômico que mata os homens e as mulheres mais vulneráveis e destrói a casa comum, a missão da Igreja inclui um compromisso profético com a dignidade de todos os seres humanos. sem distinção, a justiça, a paz e a integridade da criação.

Como o Papa Francisco disse claramente: *"Eu acredito que o problema essencial é como conciliar o direito ao desenvolvimento, incluindo aquele social e cultural, com a proteção das características próprias dos indígenas e de seus territórios. [...] Nesse sentido, o direito ao consenso prévio e informado deve sempre prevalecer"* (Discurso aos representantes dos povos indígenas, por ocasião da 40ª sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, FIDA, 15 de fevereiro de 2017). Também em Puerto Maldonado, o Papa afirmou: *"considero imprescindível fazer esforços para criar espaços institucionais de respeito, reconhecimento e diálogo com os povos nativos; assumindo e resgatando cultura, língua, tradições, direitos e espiritualidade que lhes são próprios"* (19 de janeiro de 2018).

Na Amazônia, o "bom viver" dos povos indígenas depende principalmente da demarcação de seus territórios e de seu respeito escrupuloso. "A política - disse São João Paulo II - é o uso do poder legítimo para alcançar o bem comum da sociedade" (Discurso no "Jubileu dos Governantes e Parlamentares", 4 de novembro de 2000). A tarefa fundamental da política é assegurar uma ordem social justa, e a Igreja "não pode [e nem] deve permanecer à margem na luta pela justiça" (Deus caritas est, 28; Evangelii gaudium, 183). Assim, a Igreja está ao lado dos povos indígenas no cuidado de seu território.

Com todas essas grandes dinâmicas e desafios, ameaças e promessas que estão presentes em nossa mente e também em nossa oração, recordamos as palavras do Papa Francisco, que abre o último capítulo da Eg. *"Do coração do Evangelho reconhecemos a íntima conexão entre evangelização e promoção humana, que deve necessariamente se expressar e desenvolver em toda ação evangelizadora"* (Eg 178).

Michael Czerny S.J.

Subsecretário da Seção de Migrantes e Refugiados

Departamento para o Serviço Integral de Desenvolvimento Humano

Secretário Especial do Sínodo da Amazônia